

- OBSERVATORIO IBEROAMERICANO DEL DESARROLLO LOCAL Y LA ECONOMÍA SOCIAL
Revista académica, editada y mantenida por el Grupo EUMED.NET de la Universidad de Málaga.
ISSN: 1988-2483
Año 1 - Nro. 1 - Julio, agosto, septiembre de 2007.
pp. 473 - 504.

MUTUALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

*Por Ronaldo Pereira de Jesus**

Resumen:

Análise da gênese do fenômeno associativo mutualista no Brasil, na segunda metade do século XIX, comparando-se as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo em vista a relação entre o desenvolvimento econômico e o mutualismo. Tentativa de explicar historicamente a proliferação das associações de socorros mútuos para além de parâmetros analíticos estritamente economicistas.

Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX¹

Para que possamos desenvolver nossa análise da experiência mutualista no Brasil da segunda metade do século XIX é necessário que façamos algumas observações preliminares com o intuito de definir precisamente nosso objeto de investigação, especialmente acerca de outras modalidades de associação existentes no

* Universidade Federal de Ouro Preto - (UFOP) (BR) Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de História - R. do Seminário s/n , Centro - 35420-000 Mariana - MG - Fone: 55(31)3557-9406 - jp.ronaldo@uol.com.br

¹ Este texto é resultado parcial do projeto Solidariedades Horizontais no Império: o fenômeno associativo no Brasil monárquico escravista e a crise dos mecanismos de domínio senhorial (1860-1889), junto ao Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares no Brasil (Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto). Projeto que conta com recursos do Programa de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa do CNPq (2005/2006) e do Programa Infra-Estrutura para Jovens Doutores da FAPEMIG (2005/2006). Coordenadores: Ronaldo Pereira de Jesus (UFOP) e Cláudia M. R. Viscardi (UFJF); Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq-UFOP: David P. Lacerda.



período com as quais as sociedades beneficentes conviviam, a fim de se estabelecer o limite preciso de atuação das mutuais no âmbito mais amplo do fenômeno associativo. Tal necessidade reflete o fato de que, embora não completamente inexistente, a investigação histórica do mutualismo no Brasil ainda se encontra em fase bastante inicial se comparada com outros países da América e Europa, sem constituir um campo de estudos consolidado propriamente dito. As confusões e incertezas sobre o mutualismo no Brasil ocorrem, sobretudo, devido à carência de fontes para pesquisa.

A princípio, vale ressaltar que não podemos confundir as sociedades beneficentes (socorros mútuos) com as irmandades leigas. As irmandades, embora parecidas com as associações mutualistas, consistiam em associações laicas de religiosos originadas muito antes das mutuais, que procuravam apoiar a Igreja através da disseminação e do fortalecimento da fé católica. Pode-se dizer que as irmandades contribuíram para a formação e consolidação de uma cultura associativa ao longo do século XIX no Brasil, que propiciou a criação das associações de socorros mútuos, no entanto, não há indícios empíricos de que as mutuais surgiram como desdobramentos das irmandades. Em geral, os dois tipos de sociedades foram contemporâneos.

Além disso, devemos distinguir as mutuais das corporações de ofício, embora fosse comum que uma associação de ajuda mútua reunisse trabalhadores de uma mesma categoria profissional. No entanto, a maioria das mutuais não fazia distinção quanto à ocupação dos associados. As principais funções das corporações de ofício eram a transmissão e proteção de um saber específico, funções que não integravam o conjunto de atividades da maior parte das mutuais conhecidas.

Também não devemos confundir mutualismo com filantropia. As associações filantrópicas, muitas vezes no Brasil do século XIX denominadas “beneficentes”, visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte destes houvesse contrapartida financeira. Mantinham com seus beneficiados uma relação de solidariedade vertical. Por sua vez, as mutuais funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade. Mesmo que algumas delas se dedicassem à filantropia, o faziam em benefício não dos associados, mas de indivíduos que dela estivessem excluídos. As associações filantrópicas geralmente possuíam caráter religioso. Por seu turno, as mutuais eram leigas, embora isso não



significasse que seus membros não fossem religiosos, e nem que deixassem de fazer referência a Deus ou a santos de proteção em seus estatutos, atividades regulares e festividades. A diferença é que não se ancoravam na Igreja e, raramente, faziam distinção de credo entre os associados.

Precisamos ainda diferenciar as associações mutualistas das sociedades seguradoras. Estas últimas constituíam companhias privadas com fins lucrativos que, embora vendessem serviços semelhantes às mutuais, não compartilhavam quaisquer das características básicas inerentes às sociedades de socorros mútuos. No início do século XX assistimos à proliferação das seguradoras, como decorrência da redução das taxas sobre as operações de seguros e da instituição da Lei de Proteção contra Acidentes de Trabalho (1919). No entanto, as seguradoras tiveram vida curta no Brasil deste período, pois, erigidas com o propósito de serem contratadas pelas empresas para o cumprimento da lei, depararam-se com a falta de clientes e com a opção dos trabalhadores e patrões pelas sociedades de socorros mútuos. E foram progressivamente falindo, sobretudo após os impactos negativos da I Guerra Mundial sobre a economia brasileira.

Por fim, há que se ter cuidado na análise da relação entre as sociedades de socorros mútuos e os sindicatos, pois, observa-se o processo de desdobramento das primeiras nos últimos apenas em casos de raríssima exceção. Nas últimas décadas, a produção historiográfica voltada para o movimento operário no Brasil vem contestando contundentemente a tese (sem comprovação empírica) de que as associações mutualistas constituíam uma espécie de proto-sindicalismo no século XIX, que mais tarde evoluiria para a formação de associações de resistência no âmbito político das esquerdas. As pesquisas mais recentes demonstram que a experiência mutualista foi simultânea à organização dos sindicatos (inclusive os de esquerda) e contribuiu para a formação e o fortalecimento de uma cultura cívica entre os trabalhadores, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil. Além disso, que a experiência mutualista representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade civil brasileira em torno do direito à proteção social. Uma estratégia de sobrevivência importante entre os trabalhadores no contexto de crise da Monarquia escravista e construção da ordem republicana. O mutualismo funcionava



como *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedades horizontais, e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes.

As associações mutualistas eram extremamente diversificadas em sua composição, motivação, temporalidade, clientela e objetivos. As primeiras associações brasileiras datam da primeira metade do século XIX e, embora algumas continuem funcionando até hoje, foram progressivamente esvaziaram-se ao longo das décadas de 1930 e 1940. A maioria tinha como objetivo principal disponibilizar para os associados proteção na ausência dos mecanismos formais de previdência pública. Ofereciam pensões, indenizações, financiavam enterros, forneciam remédios, atendimento hospitalar, entre outros cuidados. O grau de cobertura dependia, naturalmente, dos recursos disponíveis pela associação, que estavam diretamente relacionados ao número e ao poder aquisitivo dos sócios.

Não se pode classificar as associações segundo um padrão unívoco quanto a perspectiva identitária dos associados. Em geral as mutuais tinham base local, sendo minoritárias as de alcance regional ou nacional. Havia aquelas que se organizavam por etnia. Muitas foram erigidas em torno da categoria profissional dos associados, por locais de trabalho, ou indiscriminadamente reunindo trabalhadores de diversos setores. Ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, foram criadas associações de ofícios e de classe, por exemplo, espalhadas por toda cidade do Rio de Janeiro, reunindo um número significativo de categorias profissionais, entre elas, ourives (1838), tipógrafos (1857), artistas da construção naval (40 membros, 1872), maquinistas (68 membros, 1873), artistas alfaiates (26 membros, 1876) e empregados nas indústrias de fumo (298 membros, 1881)².

Na maioria das mutuais prevalecia associados do sexo masculino, com idade média entre 15 e 55 anos. Pressupõe-se que tivessem renda relativamente fixa para arcar com as mensalidades cobradas. Portanto, estariam excluídos os setores que se encontravam à margem dos “avanços” do capitalismo no Brasil. No século XIX, em sua

² JESUS, Ronaldo P. de. O Povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP. São Paulo: 2001. Capítulo III: p.125-170.



grande maioria as sociedades cobravam 1\$000 (mil reis) de mensalidade, ou a anuidade de 12\$000 (doze mil reis). O valor médio das jóias para entrada nas associações variava mais do que as mensalidades. Geralmente, estabelecia-se diferenciação por faixas etárias, na primeira faixa de idade (até 30 anos) a jóia em média variava entre cinco e quarenta mil reis, sendo 20\$000 o valor mais comumente cobrado pela maioria das associações³.

Algumas associações possuíam diferentes tipos de sócios além dos beneficiários comuns, tais como beneméritos e remidos. Os chamados beneméritos eram aqueles que despendiam contribuições significativas para a associação e não precisavam usufruir as benesses conferidas aos demais associados. A vantagem que desfrutavam residia no status a eles conferido ou no reforço de seu poder junto à comunidade na qual se inseriam. Ser o presidente de uma associação de socorro mútuo era um sinal inequívoco de prestígio social. Muitos diretores, por esta razão, mantinham-se indefinidamente no controle das mesmas.

As associações de ajuda mútua cumpriam um importante papel na promoção de atividades culturais. Constituíam espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades. Promoviam festas, quermesses e missas. Recebiam companhias circenses e teatrais. Organizavam cerimônias com as mais variadas motivações. Muitas dessas atividades serviam para arrecadar fundos, pois algumas sociedades almejavam construir sede própria, construir hospitais ou comprar uma farmácia. Os recursos para tais empreendimentos eram captados junto à sociedade civil, ao poder público e junto aos associados. Em geral, prestavam socorros exclusivamente aos associados, embora houvesse sociedades beneficentes que destinassem recursos para assistência aos desvalidos que delas não faziam parte.

Além das associações que se sustentavam exclusivamente com recursos privados, havia sociedades de socorros mútuos que recebiam subvenções do Estado. As relações com o poder público eram, em geral, marcadas por demandas de cunho social e apoio na obtenção de reconhecimento da sociedade como um todo. Requeriam

³ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos do AEL. Campinas, UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, p.41-68, 1999. p.60.



subvenções, pediam permissão para a realização de festividades, solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos. Portanto, seria difícil caracterizar as sociedades de socorros mútuos como instituições de caráter público ou privado tão somente, pois, no cotidiano tais instâncias se diferenciavam com pouca nitidez. O próprio poder público não sabia como reconhecê-las. Algumas eram consideradas filantrópicas e recebiam subvenções, a outras era negado qualquer tipo de apoio por serem consideradas instituições de caráter privado.

O tempo de vida de uma mutual era variável. Algumas eram criadas e quase imediatamente depois extintas. Pode-se dizer que duravam em média cerca de 20 anos, havendo casos excepcionais de associações longevas que permanecem funcionando desde o início do século passado até hoje. As mutuais formadas por imigrantes, e/ou seus descendentes, tendiam a ser mais duradouras, tendo em vista o objetivo prioritário de consolidar e difundir as identidades étnicas, além de disponibilizar espaços de sociabilidade e lazer que relegavam à proteção social um caráter secundário. De tal forma, a instituição do Estado previdenciário não implicaria em seu esvaziamento de imediato. Por sua vez, as mutuais formadas por trabalhadores de variados ofícios tendiam a durar menos. De modo geral, pode-se afirmar que o principal fator responsável pela extinção das mutuais, precoce ou não, residia na incapacidade técnica das lideranças em calcular os riscos que envolviam a manutenção da associação, resultando na inadimplência dos sócios e na falência generalizada⁴. Por outro lado, na medida em que a principal função das sociedades de ajuda mútua era conferir socorro na ausência da proteção estatal, assim que a proteção foi instituída pelo Estado a tendência ao esvaziamento inevitavelmente cresceu.

A investigação histórica do mutualismo no Brasil tem como referência decisiva o trabalho pioneiro de Tânia Regina de Luca, *O sonho do futuro assegurado* (1990), no qual se evidencia de modo contundente a fragilidade da tese segundo a qual as sociedades de socorros mútuos representavam uma fase inicial e curta do movimento operário, sucedida pelo aparecimento dos sindicatos. Pelo contrário, de acordo com o estudo que faz das cidades de São Paulo e Santos, o mutualismo teria crescido entre os

⁴ SWAAN, Abram de. In care of the state: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. Cambridge: Polity Press, 1988. p.146.



trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920, período em que São Paulo se industrializava rapidamente, como resposta à ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho, atuando ao lado dos sindicatos.

Outro trabalho importante pelo pioneirismo é *Baile de máscaras* (1996) de Beatriz Kushnir, que analisa as associações de ajuda mútua em que se reuniam prostitutas e cafetinas judias no Rio de Janeiro, observando os mecanismos de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos pelas “polacas”, assim como as “visões do grupo sobre si” enquanto segmento marginal dentro da comunidade judaica e da sociedade como um todo, em luta constante pelo direito de exercer suas convicções religiosas, dimensionando suas associações como referência na construção de uma “vida digna” e na separação entre o tempo de trabalho e de lazer. As trajetórias das histórias de vida e das associações revelam para a autora a teatralidade da vida de modo geral e, particularmente, aquela exercitada por esse grupo de mulheres em ações coletivas, cujo objetivo maior era construir e manter uma identidade positiva fundada na especificidade de serem judias.

Por sua vez, a pesquisa feita por Cláudio Batalha acerca do movimento operário e do fenômeno associativo no Rio de Janeiro aparece como outra referência decisiva para a investigação da história do mutualismo no Brasil. Primeiramente, no volume especial do periódico *Cadernos do AEL* (1999), dedicado ao estudo das sociedades operárias, Batalha ressalta a necessidade de se romper com a visão tradicional que separava a ocorrência das associações mutualistas e sindicais em etapas distintas que se sucediam, contestando a idéia de que as associações de resistência teriam substituído às mutuais. Sugere que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores se confundiram durante um período de tempo. Ou seja, as mutuais incorporavam ações de resistência e os sindicatos promoviam ações assistencialistas. Há também em sua análise atenção aos elos de continuidade entre as mutuais e as corporações de ofício. Supõe que a proibição das corporações (1824) teria levado à proliferação das mutuais que abrigariam, a partir de então, a tarefa de transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios. Para além disso, as mutuais incorporariam também ações de resistência, o que de certa forma anteciparia funções próprias das



associações sindicais. De tal modo, conclui que as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Mais recentemente, no livro *Culturas de Classe* (2004), Cláudio Batalha volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores, partindo da distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”. Destaca que a década de 1920 teria sido palco do advento de uma cultura operária, em grande parte fruto do desdobramento da cultura militante anarquista, paradoxalmente no momento em que o movimento operário encontrava-se em refluxo, impedindo assim o advento de uma cultura de classe consolidada entre os trabalhadores. Além disso, realça os rituais e celebrações dos trabalhadores, principalmente em torno das comemorações do Primeiro de Maio que, nas décadas anteriores a 1890, permaneciam a cargo das sociedades mutualistas.

Vale a pena ressaltar o espaço que Sidney Chalhoub reservou para a análise das sociedades que agregavam ex-escravos e “homens de cor” no Rio de Janeiro imperial, em seu *Machado de Assis: historiador* (2003). A partir deste texto, pode-se vislumbrar o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de “solidariedades horizontais”, analisadas historicamente como experiência de ação cotidiana e cultural, sustentadas originalmente por homens e mulheres, no contexto econômico, social, político e ideológico da sociedade monárquica escravista, em um período histórico específico, caracterizado como de crise da hegemonia política e cultural dos mecanismos de dominação da ideologia senhorial (pós 1871).

Entre os estudos que se dedicam ao fenômeno do mutualismo no Brasil, considerando o período que vai do final do século XIX ao início do século XX, o trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Jr. merece destaque pela abrangência, embora sua análise dimensione prioritariamente a realidade do Rio Grande do Sul. Nos primeiros apontamentos de pesquisa, Silva Jr. analisa a relação das associações mutuais com as elites econômicas, os potentados locais e o Estado, identificando o movimento de troca de benefícios e proteção por apoio político. Mais adiante, prioriza a abordagem da regulamentação das associações de socorro mútuo pelo Estado



Brasileiro, desde as primeiras incursões do Império até as mudanças formais introduzidas pelo advento da República, com destaque para a ação do Estado rumo à criação de um mercado previdenciário nacional, que levaria ao esvaziamento das mutuais nas décadas de 1930 e 1940.

O trabalho mais recente de Adhemar Lourenço da Silva Jr., *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940* (2005), revela-se, certamente, o estudo mais consistente até agora realizado sobre o mutualismo no Brasil. Mais que isso, o trabalho serve como referência fundamental para se acompanhar o debate em torno do tema fora do Brasil (Inglaterra, França, Espanha, Itália, principalmente). O objetivo da pesquisa consistiu em verificar se as formas de organização das mutuais – voltadas para a implementação de estratégias privadas – poderiam favorecer a implementação de estratégias públicas. Muito embora a pesquisa realizada tenha sido muito ampla, o autor afirma não ter conseguido responder a esta questão.

Atualmente, o estudo do fenômeno associativo no Brasil, e especialmente do mutualismo, tem se disseminado com relativa intensidade. As pesquisas aprofundam o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuo e beneficentes e o moderno movimento operário, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os estudos em curso, as diferenças são mais de abordagem teórico-conceitual do que propriamente empíricas. Trabalhos como o de Cláudia Viscardi (2004 e 2005) demonstram, por exemplo, a preocupação em ressaltar que a experiência mutualista resultou de escolhas estratégicas de diferentes atores sociais, na busca dos mais diversificados interesses de ascensão social – ou prevenção contra o descenso – que não excluía, por sua vez, a utilização de estratégias complementares e coetâneas, tais como a militância sindical ou a prática e/ou o usufruto da filantropia. Há grande adesão ao enfoque teórico oferecido por E. P. Thompson, aliado à introdução de preocupações oriundas da Antropologia. A noção de reciprocidade, nas suas diferentes variações, tem sido útil na abordagem das relações de troca que motivam associados e líderes a se envolverem nas organizações mutuais. A percepção das associações como espaços de manifestação de solidariedades horizontais, em contraposição à ideologia que preconizava relações



verticalizadas, entre o século XIX e o século XX, constitui uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo.

Nesse contexto, o panorama historiográfico propõe dois desafios para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas erigidas no Brasil entre os finais do século XIX e início do século XX. Em primeiro lugar, a premência em se observar as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical. Quer dizer, a necessidade de se partir de referências teórico-metodológicas e históricas próprias, específicas para o estudo do mutualismo em um plano mais abrangente que meramente a história do sindicalismo, por exemplo. A questão da cidadania, dos movimentos sociais, na cidade e no campo, e as solidariedades horizontais se afiguram como temáticas correlacionadas de importância evidente. E, em segundo lugar, conseqüentemente, a urgência de se traçar o esboço de uma periodização mais detalhada para o fenômeno associativo, para além dos contornos atualmente conhecidos e considerando as especificidades regionais.

É nesse sentido que propomos aqui repensar uma questão importante levantada já em 1990 por Tânia Regina de Luca, qual seja, que as sociedades de mútuo socorro, atuando ao lado dos sindicatos, funcionavam como “forma de resistência a um padrão de exploração que condenava a classe trabalhadora a viver de maneira sub-humana”. Ou ainda, que foi o desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente instalação de uma nova “questão social” que “ensejou o florescimento das sociedades de socorros mútuos”⁵.

Embora pareça razoável sustentar a hipótese que relaciona o mutualismo ao desenvolvimento do capitalismo, sobretudo quando se trata da cidade de São Paulo na virada do século XIX para o século XX, a pesquisa que realizamos, procedendo o levantamento sistemático da documentação relativa às sociedades beneficentes da cidade do Rio de Janeiro, amplia em muito os horizontes da investigação do mutualismo, apontando a necessidade de se buscar hipóteses mais complexas, para além da simples relação entre o fenômeno associativo e desenvolvimento econômico.

⁵ Luca, Tânia R. de. O sonho do futuro assegurado; o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990. p.172.



Vejamos os dados que conseguimos relativos à capital do império do Brasil especificamente no período entre 1860 e 1887.

A lei 1.083, modificada pelo decreto 2.711, ambos de 1860, estabeleceram os procedimentos através dos quais seriam organizadas quaisquer associações no império, fossem científicas, beneficentes, profissionais, recreativas ou religiosas, compostas de súditos ou cidadãos de qualquer segmento social, obviamente com exceção dos escravos. De acordo com as disposições normativas, depois de solicitada a autorização para realizar reuniões, os interessados em criar as associações promoveriam os encontros necessários para confeccionar os estatutos e fundar a sociedade, grêmio, clube ou irmandade, conforme o caso. As atas das sessões fundadoras e os estatutos deveriam ser enviados para apreciação na Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Tal processo orientava a criação e o funcionamento das chamadas “sociedades”, inclusive as que haviam sido criadas anteriormente à vigência da lei. Embora a lei 3.150 de 1882 tivesse colocado fim ao procedimento iniciado em 1860, há registros no Conselho de Estado de entidades fundadas, ou que tiveram seus estatutos modificados, até o ano de 1887.

Os originais e/ou as cópias manuscritas das atas das assembléias de fundação e os estatutos das associações criadas, majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se no Arquivo Nacional (RJ), como parte da documentação do fundo Conselho de Estado. Os códices do Conselho de Estado vêm sendo consultados sistematicamente desde os anos de 1990, principalmente por pesquisadores interessados na temática do mutualismo⁶. No entanto, o aumento sistemático da pesquisa das associações junto à documentação do Conselho de Estado esbarra na dificuldade em se fazer o levantamento inicial das fontes, apenas parcialmente identificadas nos instrumentos de suporte à pesquisa disponíveis no Arquivo Nacional.

Para superar tais dificuldades, procedemos à localização, identificação sumária e classificação primária dos documentos relativos às denominadas “sociedades”, acondicionados em 85 caixas do Fundo Conselho de Estado, relativas ao período entre

⁶ Ver, por exemplo: Batalha, Cláudio H. M. Op. Cit., 1999. p.41-68; Jesus, Ronaldo P. de. Op. Cit., 2001; e Chalhoub, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo Companhia das Letras, 2003.



1860 e 1887. Foram arrolados 485 registros de sociedades existentes na cidade do Rio de Janeiro, fundadas ou que tiveram seus estatutos modificados no período. A identificação preliminar dos registros permitiu agrupar as associações em conjuntos com características comuns, delineando os seguintes tipos:

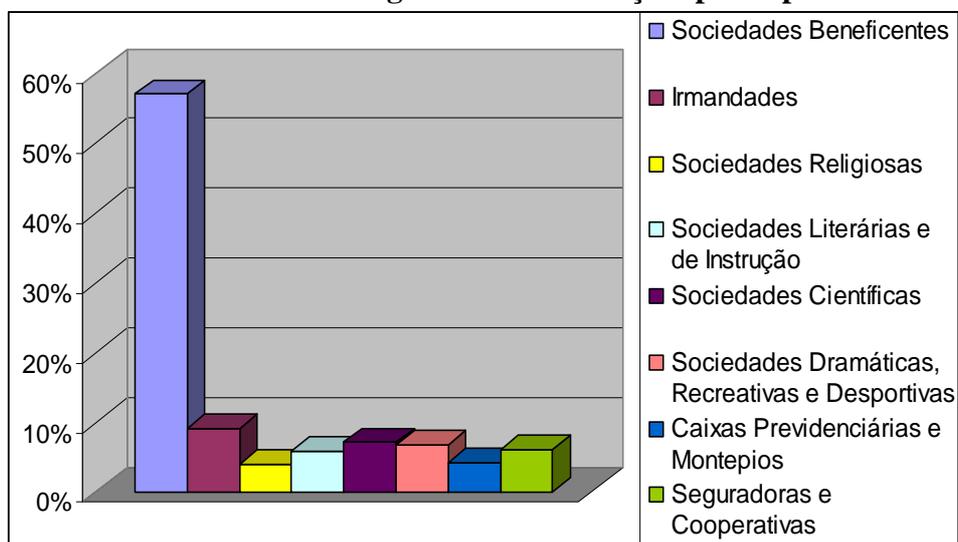
Tabela I
Tipologia das Associações

- 1. Sociedades Beneficentes**
- 2. Irmandades**
- 3. Sociedades Religiosas**
- 4. Sociedades Literárias e de Instrução**
- 5. Sociedades Científicas**
- 6. Sociedades Dramática, Recreativas e Desportivas**
- 7. Caixas Previdenciárias e Montepios**
- 8. Seguradoras e Cooperativas**

Considerando a totalidade dos registros de criação ou modificação dos estatutos das associações, pode-se visualizar a porcentagem de incidência de registros para cada tipo de associação (Gráfico I). Fica evidente o predomínio das associações beneficentes, também chamadas de mutuais ou de socorros mútuos.



Gráfico I
Percentual de Registros de Associações por Tipo



Eliminados os registros duplicados, que demarcam o envio de estatutos de associações que foram criadas e tiveram posteriormente os estatutos modificados, chega-se a um total de 310 associações fundadas na corte entre 1860 e 1887, entre as quais permanece em cerca de 50% o predomínio das associações beneficentes.

A categoria das Sociedades Beneficentes pode ainda ser subdividida nos seguintes tipos, sob os quais arrolamos alguns exemplos de nomes de associações:

Tabela II
Tipologia das Associações Beneficentes

1. **Sociedades Beneficentes – Mutuais (Gerais)**
2. **Sociedades Beneficentes de Ofício (Categorias Profissionais)**
3. **Sociedades Beneficentes de Classe (Vários Ofícios)**
4. **Sociedades Beneficentes de Libertos (Ex-Escravos)**
5. **Sociedades Beneficentes de Imigrantes e/ou Comemorativas**
6. **Sociedades Beneficentes Regionais**



7. **Sociedades Benéficas Filantrópicas**
8. **Sociedades Benéficas de Empresários e Comerciantes**

Como resultado final do levantamento e classificação dos registros de sociedades junto ao Conselho de Estado obtivemos o seguinte quadro:

Tabela III
Tipologia Geral e Relação dos Registros de Associações no Conselho de Estado

1. SOCIEDADES BENEFICENTES - MUTUAIS (GERAIS)

1861	Sociedade Brasileira de Beneficência
1861	Sociedade Benéfica Bons Amigos União do Bonfim
1862	Sociedade Perfeita Amizade
1864	Sociedade União Benéfica das Famílias Honestas
1864	Sociedade Brasileira de Beneficência
1864	Sociedade Brasileira Perfeita Amizade
1867	Sociedade de Beneficência Acadêmica
1867	Sociedade Beneficência Acadêmica
1868	Sociedade de Beneficência Brasileira na cidade de Lisboa
1868	Sociedade Conciliação
1868	Associação Popular de Socorros Mútuos
1868	Sociedade Proteção
1871	Sociedade Benéfica Bons Amigos União do Bonfim
1871	Sociedade Benéfica 31 de Outubro - Amor ao Trabalho
1872	Sociedade Brasileira de Beneficência
1872	Sociedade Brasileira de Beneficência
1873	Sociedade Benéfica União e Fraternidade
1873	Sociedade Benéfica Amparo da Virtude
1873	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos Redenção
1873	Sociedade Benéfica União e Fraternidade
1873	Sociedade União Benéfica das Famílias Honestas
1873	Sociedade Benéfica União Familiar Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência Santa Sé
1873	Sociedade União Benéfica Acadêmica



1873	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos Comércio
1873	Sociedade Beneficente Amparo da Virtude
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos A Redenção
1874	Sociedade União Familiar Perfeita Amizade
1874	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1874	Associação de Socorros Previdência
1874	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1874	Sociedade de Beneficência Império das Famílias
1874	Sociedade Amigos Reunidos
1874	União Beneficente das Famílias Honestas
1874	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1874	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1874	Sociedade de Beneficência Amparo das Famílias
1874	União Beneficente das Famílias Honestas
1874	Sociedade Amigos Reunidos
1874	Sociedade Beneficente Amparo das Famílias
1874	Sociedade União Familiar Perfeita Amizade
1875	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1875	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1875	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1875	Sociedade Protetora do Bem
1875	Sociedade Beneficente União Familiar Perfeita Amizade
1875	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1875	Sociedade União
1875	Sociedade de Beneficência União Familiar Perfeita Amizade
1875	Associação Auxiliadora dos Sorteados
1875	Sociedade Promotora do Bem
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União e Beneficência
1877	Sociedade de Beneficência Segredo
1877	Sociedade Brasileira de Beneficência
1877	Sociedade Beneficente 31 de Outubro - Amor ao Trabalho



1877	Sociedade Instrução e Beneficência
1877	Associação Mutualidade
1877	Associação Rio de Janeiro
1878	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1879	Sociedade de Beneficência União e Fraternidade
1879	Sociedade de Beneficência União e Fraternidade
1880	Sociedade Brasileira de Beneficência
1880	Sociedade União e Beneficência
1880	Sociedade Beneficente Filhos da Luz
1880	Sociedade Concórdia Fluminense
1880	Sociedade Beneficente Perfeita Amizade
1881	Sociedade Previdência
1881	Associação Previdência

2. SOCIEDADES BENEFICENTES DE OFÍCIO – CATEGORIAS PROFISSIONAIS

1861	Sociedade dos Seculares Empregados de Igreja
1861	Sociedade União Beneficente dos Guardas Nacionais
1861	Sociedade Beneficente dos Artistas da Construção Naval
1861	Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1861	Caixa Auxiliadora das Corporações das Composições Dramáticas e Musicais
1861	Sociedade Musical de Beneficência
1862	Sociedade Beneficente da Guarda Nacional da Corte
1862	Sociedade de Socorros Mútuos do Comércio
1862	Sociedade Beneficente Protetora dos Guardas Nacionais
1864	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1867	Sociedade Musical de Beneficência
1868	Associação dos Compositores do Jornal do Commercio
1871	Associação Dramática Beneficente dos Artistas Portugueses
1871	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlativas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1873	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval



1873	Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional
1873	Sociedade Beneficente dos Maquinistas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Liberais e Beneficentes
1874	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1874	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1874	Sociedade Auxiliadora dos Artistas Mecânicos Liberais e Beneficente
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais Beneficente
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1875	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1875	Associação Forense de Beneficência
1875	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro
1875	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão
1875	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1875	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão
1875	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro
1875	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1876	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1876	Sociedade dos Artistas Alfaiates
1876	Associação dos Guarda Livros
1876	Associação dos Guarda-Livros
1876	Sociedade União Beneficente Comercio e Artes
1876	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente
1876	Sociedade dos Artistas Alfaiates
1876	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1876	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1876	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1877	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas e Profissões Correlativas
1877	Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente
1877	Club Beneficente dos Guarda Livros
1877	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1877	Sociedade Protetora das Artistas Dramáticos
1878	Associação de Beneficência Socorros Mútuos dos Despachantes da Alfândega do Rio de Janeiro
1879	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval



1879	Imperial Associação Tipográfica Fluminense
1880	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1880	Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro
1880	Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias
1880	Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos dos Empregados das Capatazias da Alfândega de Corte
1880	Sociedades de Socorros Mútuos e Montepio dos Maquinistas
1880	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas
1881	Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
1882	Sociedade Beneficente dos Empregados no Fumo
1882	União Beneficente Protetora dos Cocheiros
1882	Casa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
1882	Imperial Sociedade Musical de Socorros Mútuos Recreio de Botafogo
1882	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão

3. SOCIEDADES BENEFICENTES DE CLASSE – VÁRIOS OFÍCIOS

1862	Sociedade União, Trabalho e Moralidade
1872	Liga Operária
1882	Corpo Coletivo União Operária

4. SOCIEDADES BENEFICENTES DE LIBERTOS – EX-ESCRAVOS

1862	Sociedade Nação Conga
1871	Sociedade União Lotérica Cadeira de Ouro
1873	Sociedade Lotérica Caldeira de Ferro
1873	Sociedade Beneficente Caldeira de Ferro Lotérica
1874	Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor
1874	Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência
1874	Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência
1874	Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor
1877	Sociedade Libertadora da Escravidão
1877	Companhia Garantia de Emancipação

5. SOCIEDADES BENEFICENTES DE EMPRESÁRIOS E COMERCIANTES

1865	Sociedade Industrial de Beneficência
1873	Associação Industrial de Beneficência
1873	Sociedade Beneficente Comércio
1874	Sociedade Enterpe Comercial



1874	Sociedade Enterpe Comercial
1874	Sociedade Beneficente Comércio
1874	Associação Industrial de Beneficência
1874	Sociedade Beneficente Comércio
1875	Sociedade Beneficente Protetora dos Refinadores de Açúcar
1875	Sociedade Beneficente e Protetora dos Refinadores de Açúcar
1875	Companhia Mútua União dos Lavradores
1876	Associação Beneficente Comercial
1876	Associação Beneficente Comercial
1877	Associação Industrial de Beneficência
1877	Montepio Agrícola
1880	Associação Industrial
1880	Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados
1880	Associação Industrial de Beneficência
1881	Sociedade de Socorros Mútuos União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados
1889	Sociedade União dos Fabricantes de Bebidas Alcoólicas

6. SOCIEDADES BENEFICENTES DE IMIGRANTES E/OU COMEMORATIVAS

1860	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1861	Sociedade Alemã Germânia
1861	Sociedade Belga de Beneficência
1861	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1862	Sociedade Alemã de Beneficência
1862	Sociedade Glória do Lavrado
1862	Sociedade Italiana de Beneficência
1862	Associação Nacional Vinte e Quatro de Setembro
1862	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1862	Sociedade Primeiro de Dezembro
1862	Sociedade Beneficente Estrangeira
1862	Sociedade Suíça de Beneficência
1862	Real Sociedade Amante da Monarquia e Beneficente
1866	Sociedade de Beneficência Britânica
1866	Caixa de Socorros de Dom Pedro 5º
1867	Sociedade Francesa Socorros Mútuos
1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia



1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia
1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1868	Sociedade Italiana de Socorros Mútuos
1871	Sociedade Alemã Germânica
1871	Sociedade União Francesa Primeiro de Julho
1871	Sociedade Alemã Germânia
1871	Associação Portuguesa Memória de Dom Pedro 5º
1871	Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros de Dom Pedro 5º
1871	Sociedade Francesa de Beneficência
1872	Sociedade Francesa de Beneficência
1872	Sociedade União Israelita do Brasil
1872	Associação Dramática Beneficente Dom Luiz 1º
1872	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1872	Sociedade Espanhola de Beneficência
1872	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1872	Sociedade Espanhola de Beneficência
1872	Sociedade Beneficente Dezoito de Julho
1873	Sociedade Alemã de Auxílio Mútuo Concórdia
1873	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1873	Sociedade Francesa de Beneficência
1873	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1874	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1874	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1874	Associação Dramática Beneficente Recreio Dom Luiz 1º
1874	Sociedade Comemorativa da Independência do Império
1874	Sociedade Beneficência Paulista José Bonifácio
1874	Sociedade Beneficente Paulista José Bonifácio
1874	Associação Dramática Beneficente Recreio Dom Luiz 1º
1874	Sociedade Comemorativa da Independência do Império
1874	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Pedro 5º
1875	Sociedade Circle Suisse
1875	Sociedade Circle Suisse
1876	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1876	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1876	Sociedade União Beneficente Dom Pedro II



1876	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1876	Sociedade União Beneficente Dom Pedro II
1876	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1877	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1877	Sociedade União Francesa Primeiro de Julho
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1878	Sociedade Beneficente dos Calabryos
1878	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1879	Imperial Sociedade União Beneficente Vinte e Nove de Julho
1879	Associação Beneficente Conde D'Eu
1880	Sociedade Vinte e Oito de Setembro
1880	Associação Dramática e de Socorros Mútuos Dom Luiz 1º
1880	Sociedade Italiana de Beneficência
1881	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
1881	Sociedade Beneficente Pedro Alvares Cabral
1881	Sociedade Fraternidade Açoriana
1881	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1882	Associação de Socorro Familiar Homenagem a Serpa Pinto
1882	Associação de Socorros Mútuos Dona Maria Pia
1882	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
1882	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1882	Associação de Socorros Mútuos Memória do Marquês de Pombal
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Luiz de Camões
1882	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luiz de Camões
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal

7. SOCIEDADES BENEFICENTES REGIONAIS

1862	Sociedade Ipiranga
1862	Sociedade Beneficente Rio Grandense
1871	Sociedade Beneficência Mineira
1873	Associação Nacional da Província de Pernambuco
1875	Sociedade Beneficente Cearense e Associação Forense de Beneficência
1875	Sociedade Beneficência Cearense
1877	Sociedade Beneficente Maranhense
1880	Associação Bahiana de Beneficência



1880	Sociedade Beneficência Mineira
1881	Sociedade União Paraense
1881	Associação Progresso Parahibunense
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Príncipe do Grão-Pará

8. SOCIEDADES FILANTRÓPICAS

1861	Sociedade de Caridade das Senhoras da Corte
1861	Associação de São Vicente de Paulo
1867	Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria
1867	Sociedade Asilo de Inválidos da Pátria
1872	Associação ASilo da Velhice Desvalida
1874	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1874	Sociedade de Beneficência Amparo das Famílias
1874	Associação Cosmopolita União e Caridade
1874	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1875	Associação Asilo e Beneficência
1877	Associação de Socorros Mútuos Filantropia e Ordem
1877	Sociedade de São Vicente de Paulo
1880	Imperial Associação Filantrópica Fluminense
1880	Sociedade Beneficente Justiceira da Orfandade e Viuvez

9. SOCIEDADES RELIGIOSAS

1862	Associação da Propagação da Fé
1862	Comunidade Evangélica Alemã
1864	Seminário da Conceição da Diocese da Cuiabá
1867	Comunidade Evangélica Alemã
1867	Comunidade Evangélica Alemã
1873	Sociedade União Católica Alagoana
1873	Associação Católica Fluminense
1874	Associação Católica Fluminense
1876	Associação Sacramento da Capital do Império
1876	Associação Sacramento da Capital do Império
1878	Devoção de Nossa Senhora da Conceição e Dores de São Cristóvão
1878	Grupo Espírita Caridade
1879	Venerável Ordem 3ª da Penitência
1880	Sociedade Fluminense Sagrado Coração de Jesus Amparo das Meninas Desvalidas
1880	Associação de Servas do Senhor



1885	Imperial Devoção de Nossa Senhora da Piedade
------	--

10. IRMANDADES

1862	Compromisso de Irmandade São Manoel
1862	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
1862	Compromisso de Administração da Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo
1864	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Coreto de Jacarepaguá
1864	Compromisso de Irmandade do Senhor do Bonfim
1865	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Sant'Ana
1865	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia do Senhor Bom Jesus da Ilha de Paqueta
1865	Compromisso de Reforma de Irmandade Ordem Terceira do Patriarca São Domingos Gusmão
1865	Compromisso de Reforma de Irmandade do Príncipe dos Apóstolos São Pedro
1865	Compromisso de Irmandade do Divino Espírito Santo
1866	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Cristóvão
1866	Compromisso de Irmandade dos Mártires Santos Crispim e Crispiano
1866	Compromisso de Irmandade de Santa Cruz dos Militares
1866	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
1866	Compromisso de Reforma de Irmandade do Príncipe dos Apóstolos São Pedro
1866	Compromisso de Irmandade Santo Antônio da Mouraria
1867	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres
1867	Compromisso de Irmandade do Glorioso Patriarca São José
1869	Compromisso de Irmandade de São José dos Aflitos
1869	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo
1871	Compromisso de Irmandade da Devoção de Nossa Senhora da Piedade - Igreja da Cruz dos Militares
1872	Compromisso de Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel
1872	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Batalha dos Oficiais da Guarda Nacional
1872	Compromisso de Reforma de Irmandade da Imperial Irmandade de Santa Cruz dos Militares
1872	Compromisso de Reforma Irmandade do Santíssimo Sacramento da Glória
1872	Compromisso de Irmandade São João Batista e Nossa Senhora do Altino
1873	Compromisso de Irmandade do Senhor Bom Jesus do Norte, Nossa Senhora da



	Aparecida e Santa Tereza
1877	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia Nossa Senhora Candelária
1877	Compromisso de Congregação dos Filhos da Irmandade Senhora das Dores
1877	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento da Freguesia do Ângelo
1877	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Soledade
1878	Irmandade do Glorioso Patriarca São José
1880	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Glória
1881	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária
1881	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária
1881	Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
1881	Irmandade Nossa Senhora da Batalha dos Oficiais da Guarda Nacional na Corte
1882	Compromisso Irmandade da Santa Cruz dos Militares
1885	Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
1885	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

11. SOCIEDADES DRAMÁTICAS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

1861	Congresso das Irmandades Carnavalescas
1861	Sociedade Dramática Nacional
1862	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1864	Ópera Lírica Nacional
1864	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1865	Opera Lyrica Nacional e Italiana
1865	Instituto de Santa Cecília
1868	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1869	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1871	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1872	Club Ginástico Português
1873	Associação Dramática Príncipe Real Dom Carlos
1873	Sociedade Novo Cassino Fluminense
1874	Sociedade Grêmio Musical
1874	Club Ginástico Português
1874	Sociedade Grêmio Musical
1874	Club Ginástico Português
1875	Club Ginástico Português



1876	Club Ginástico Português
1876	Club Ginástico Português
1877	Sociedade Dramática Riachuelense
1877	Associação Jockey Club
1877	Club Ginástico Português
1877	Club Tauromachico
1877	Grêmio Dramático Familiar São João Batista
1878	Grêmio Familiar São João Batista
1878	Club Dramático Musical do Engenho de Dentro
1878	Club de Regatas Guanabarenses
1880	Associação do Teatro Guarani
1880	Sociedade Edificadora do Teatro São Cristóvão
1881	Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte
1882	Centro Alagoano

12. SOCIEDADES LITERÁRIAS E DE INSTRUÇÃO

1861	Grêmio Literário Português
1861	Gabinete Português de Literatura
1864	Instituto Literário Maranhense
1865	Sociedade Acadêmica Ateneu Central
1869	Liceu Literário Português
1871	Sociedade Alpha Literária
1871	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida
1873	Liceu Literário Português
1873	Sociedade Crepúsculo Literário Português
1874	Associação Protetora da Instrução das Meninas
1874	Gabinete Português de Leitura
1874	Associação Promotora da Instrução
1874	Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Freguesia de São João Batista da Lagoa
1877	[Instrução dos filhos livres de escravos]
1877	[Instrução dos filhos livres de escravos - fazenda escola]
1877	Sociedade do Ateneu Pedagógico
1878	Liceu Literário Português
1878	Associação Educadora Brasileira
1879	Sociedade Literária Magdalenense
1880	[Instrução de filhos livres de escravos]



1882	Sociedade Literária Liceu Paratinense
------	---------------------------------------

13. SOCIEDADES CIENTÍFICAS

1861	Academia Pedagógica
1862	Sociedade Protetora do Magnetismo e do Jury Magnético
1862	Sociedade Médico Pharmaceutica
1862	Instituto Politécnico Brasileiro
1864	Ateneo Médico – Acadêmico
1864	Instituto dos Bacharéis em Letras
1865	Instituto Homeopathico do Brasil
1865	Sociedade Médico Pharmaceutica
1866	Sociedade de Ciências Médicas
1871	Sociedade Francesa de Gramática
1872	Club Politécnico
1872	Instituto Politécnico Brasileiro
1873	Club Politécnico
1874	Club Politécnico
1874	Congresso Gramático Português
1874	Congresso Gramático Português
1874	Club Gramático Português
1874	Club Gramático Português
1874	Club Politécnico
1875	Sociedade de Engenheiros
1875	Club Gramático Português
1875	Sociedade de Engenheiros
1877	Congresso Brasileiro
1878	Sociedade Médica do Rio de Janeiro
1878	Academia Brasileira de Ciências Físicas
1878	Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros
1879	Instituto Hahnemanniano Fluminense
1879	Sociedade Geográfica de Lisboa no Brasil
1879	Congresso Gramático Português
1880	Instituto Hahnemanniano
1880	Instituto dos Advogados Brasileiros
1881	Club de Engenharia
1881	Club de Engenharia



14. SEGURADORAS E COOPERATIVAS

1870	Companhia de Seguros Mútuos União Fluminense
1877	Companhia de Transportes de Mercadorias para o Interior
1877	Companhia A Atividade
1877	Companhia Construtora Mútua e Econômica
1877	Companhia Edificação Econômica
1877	Companhia Previdência e Economia
1877	Companhia Cooperativa de Consumo
1877	Companhia de Socorro Mútuo Contra Fogo
1877	Companhia de Serviço Doméstico
1877	Companhia de Consumo de Pães
1877	Companhia de Seguros Garantia
1877	Companhia Paraense
1877	Companhia Fluminense de Rapé e Tabaco
1877	Companhia Produtora de Cerveja Nacional
1877	Companhia União Mercantil
1877	Companhia Imperial
1877	Companhia Flora
1877	Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres - Phenix Pernambucana
1881	Companhia de Seguros Garantia e Proteção Mútua

15. CAIXAS PREVIDENCIÁRIAS E MONTEPIOS

1861	Caixa Municipal de Beneficência
1862	Associação Montepio dos Servidores do Estado
1862	Caixa Municipal de Beneficência
1865	Montepio dos Servidores do Estado
1865	Caixa de Beneficência
1867	Montepio dos Servidores do Estado
1867	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1868	Montepio dos Servidores do Estado
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1871	Instituto Militar
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1872	Montepio dos Artistas da Corte
1872	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1873	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado



1874	Montepio Geral
1874	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1874	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1874	Montepio dos Artistas
1874	Montepio dos Artistas
1874	Montepio Geral
1875	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1875	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1876	Montepio Geral
1876	Sociedade Montepio Artístico Familiar
1876	Montepio Geral
1876	Sociedade Montepio Artístico Familiar
1877	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1878	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1880	Sociedade Montepio Militar
1882	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1885	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1886	Montepio Geral
1887	Instituto Geral de Economia dos Servidores do Estado

16. SEM CLASSIFICAÇÃO

1864	Biblioteca Fluminense
1877	Sociedade Campista de Agricultura
1877	Associação Predial da Cidade de Merrebes
1878	União Financeira 1º de Julho
1886	União Internacional

Através da análise dos registros de associações no Conselho de Estado pode-se observar, especificamente, o padrão de crescimento do número de associações beneficentes, de socorros mútuos, ao longo do período de 1860-1887 (Gráfico II). Demarcamos a soma do número de sociedades existentes em cada década dentro de um total de 177 entidades. Além disso, podemos definir a percentagem de cada tipo de associação dentro do quadro geral das Sociedades Beneficentes, a partir do somatório



das associações de cada categoria dentro do número acima (Gráfico III). Em ambos os procedimentos foram retirados os registros repetidos.

Gráfico II
Percentual de Associações Benéficas Criadas por Década
1860-1887

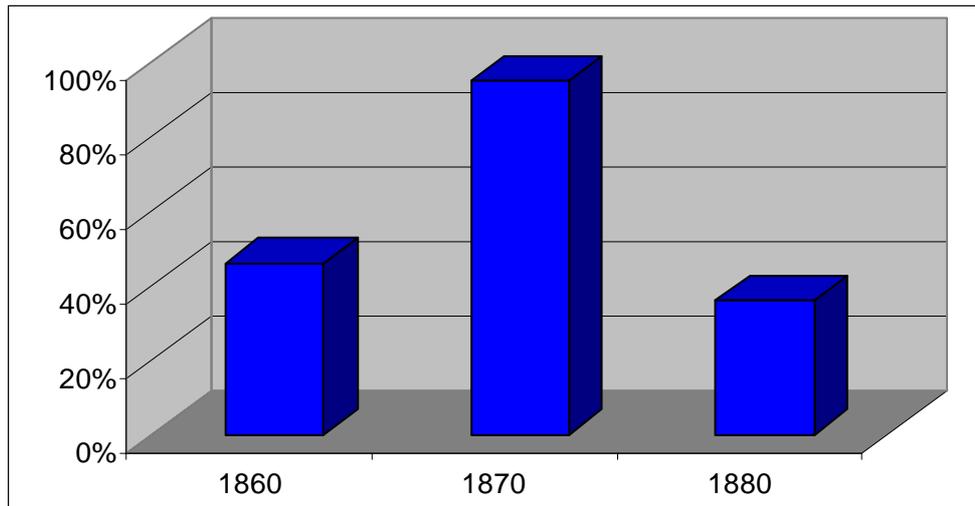
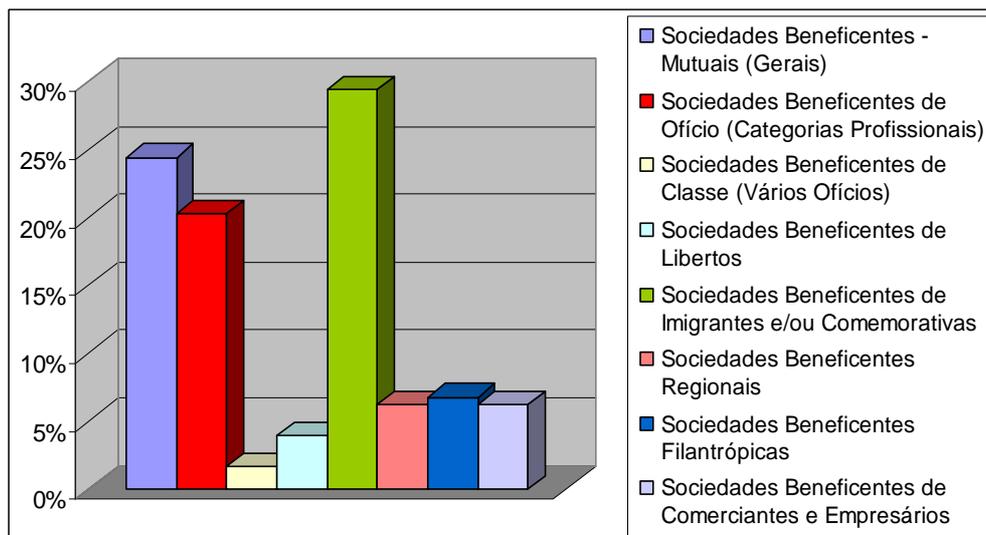


Gráfico III
Percentual de Associações Benéficas
Criadas por Década Divididas por Tipo
1860-1887



Mesmo que superficialmente, os gráficos permitem inferir algumas conclusões.

Em primeiro lugar, parece razoável supor que o advento da lei de 1860 tivesse não somente estimulado a criação de novas sociedades, mas também incitado à organização do mundo do trabalho. Principalmente diante do aumento de quase 50% no número de associações fundadas na década de 1870.

Em segundo, quando comparadas, as percentagens das associações de ofício e das sociedades de imigrantes/comemorativas, identificadas respectivamente pelas cores vermelha e verde, indicam um mercado de trabalho em constante disputa entre nacionais e estrangeiros, no momento da transição para formas assalariadas de produção, acirrada, sobretudo, pela intensificação da política de imigração, como pode ser visto nos cerca de 25% de associações de imigrantes.

A documentação do Conselho de Estado permite ressaltar que vários grupamentos da sociedade monárquica escravista, em seu segmento urbano, tais como trabalhadores livres, operários, empresários, industriais, comerciantes, escravos libertos e artistas, organizaram e fundaram associações, grêmios ou clubes entre 1860 e 1887, em número significativo, muito além do que comumente se supunha. Entre estes, as sociedades beneficentes, numericamente majoritárias, segundo pudemos observar, apresentavam uma composição complexa e diversificada, evidenciando arranjos por etnia, categorias profissionais, locais de trabalho ou mesmo regionalmente.

Como conclusão, podemos afirmar que Rio de Janeiro e São Paulo foram os pólos mais importantes onde o fenômeno do mutualismo se disseminou de modo mais intenso entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Em ambos os casos, o mutualismo deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores) e gerando uma cultura emergente, diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período. Para além do peso do fenômeno mutualista nos dois centros, fica evidente o “caráter precoce”, em termos comparativos, do surgimento das mutuais na cidade do Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XIX. Portanto, se soa razoável pensar que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu sob a égide das condições “sub-humanas” em que o desenvolvimento do



capitalismo colocava os trabalhadores no início do século XX, como afirma Tânia Regina de Luca, tal assertiva parece pouco plausível se aplicada à cidade do Rio de Janeiro. Talvez a hipótese mais razoável, tendo em vista o estado atual das pesquisas, seja considerar que o mutualismo no Rio de Janeiro nasceu, ou pelo menos ganhou força, com a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação da classe senhorial escravista, a partir de 1860, como sugere o raciocínio de Sidney Chalhoub.



BIBLIOGRAFIA

- BATALHA, Cláudio H. M. et alii (orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- CADERNOS do AEL. *Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 6, n. 10/11, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- JESUS, Ronaldo P. de. *O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP. São Paulo: 2001.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MALLOY, James M. *A política de previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SILVA Jr. Adhemar L.da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre: 2005.
- SILVA Jr., Adhemar L. da. *Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889)*. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2.
- SILVA Jr. Adhemar L. da. *Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940)* In: CD-ROM das Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: 2000.
- VISCARDI, Cláudia M. R. *As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: Um Ensaio Interpretativo*. In: ALMEIDA, Carla M. e OLIVEIRA, Mônica R. de. (orgs.) *Anais do I Colóquio Laboratório de História Econômica e Social (LAHES)*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2005.
- VISCARDI, Cláudia M. R. *Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas*. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: Editorial Mídia, 2005.
- Viscardi, Cláudia M. R. *Mutualismo e filantropia*. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, volume 18, 2004, p. 99-113.
- VISCARDI, Cláudia M. R. *Mutualismo e Filantropia*. *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG, UFJF, Juiz de Fora, 2004*.

